

Cultura e alteridade nos espaços de fluxos da contemporaneidade¹

Radamés de Mesquita Rogério

Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Nossa proposta é a de analisar as relações sociais no espaço de fluxo (tomamos o aeroporto como campo) onde vivenciamos processos de “multiterritorialização”. Acreditamos que ao passar por esses processos os indivíduos, nos diferentes “papéis” que assumem ou pelos quais são identificados – “estrangeiro”, “estranho”, turista, imigrante – são atravessados por processos de composição de alteridades e identidades que irão modificar também a noção de cultura. Temos agora a integração, num mesmo conjunto, da experiência cultural, social, econômica e política sem que se tenha mais remeter-se a um território específico. Estamos analisando indivíduos que vivem a condição de “residência em viajem” o que nos desafia a analisar as maneiras como hoje contracenam os sentidos possíveis da diversidade cultural com as feições tomadas por fronteiras ou “liminaridades” nas relações sociais contemporâneas.

Palavras-chave: Espaços de fluxos, território, relações sociais.

As caracterizações a respeito dos tempos hodiernos são as mais variadas, cada uma chamando a atenção ou pondo um maior peso naquela característica que considera preponderante ou chave para explicar as idas e vindas de nossa contemporaneidade.

Nosso foco se encontra em uma constatação recorrente na análise dos teóricos com os quais estamos a dialogar aqui: um dos elementos estruturantes mais indelévels de nosso mundo contemporâneo é a mobilidade, o movimento, a circulação. Não se pode negar que o homem, mesmo após ter se tornado “sedentário²”, não deixou de se deslocar, entretanto viaja-se hoje com uma rapidez que seria inconcebível aos nossos bisavôs devido tanto a tecnologia da locomoção, como também a da informação, ou seja, estamos a poucas horas de qualquer capital do mundo através do deslocamento aéreo e a um “clique³” de distância de qualquer indivíduo em qualquer país.

Quando cultivar os meios de subsistência tornou-se a condição para o estabelecimento, a fixação num determinado habitat nasce daí muito daquilo que identificamos da noção

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Conforme destacamos em trabalho anterior (Rogério:2005) no período que estamos a comentar registrou-se o desenvolvimento da arquitetura, uma maior fixação a um território com o desenvolvimento da irrigação e da capacidade de estocar alimentos, tendo como consequência principal, ainda que de forma tímida e primária, a separação entre público e privado. As frágeis cabanas dão lugar a construções planejadas e permanentes (proporcionando ao homem o isolamento em relação ao meio ambiente), nasce assim o “espaço público”, num sentido inicial associado ao uso comum, da comunidade (rua, praça, feira...).

³ O clique é uma referência direta ao *mouse* do computador, mas engloba também o apertar dos botões do controle remoto das televisões e receptores de antenas parabólicas ou de canais por assinatura. Uma peça publicitária sobre antena parabólica exorta a capacidade que tal equipamento tem de aproximar seu usuário do mundo e vice-versa, independentemente de onde esteja, pois a partir do instante em que ele a tiver quaisquer barreiras caíram por terra porque “não existe mais perto, nem longe e nunca mais ficamos sozinhos”.

“essencialista” de cultura. Entretanto, alteradas as relações de tempo/espço onde, conseqüentemente, os indivíduos vivem uma situação em que a referência é o fluxo, o próprio conceito de cultura e também o de alteridade passam a exigir da análise sócio-antropológica uma nova perspectiva analítico-teórica. Seguiremos a trilha da proposta de James Clifford de analisar o que chamou de “*residencia en viaje*”, para tentar dar conta da situação de liminaridade na qual se encontra o indivíduo na passagem, no deslocamento.

Os indivíduos que se encontram nesses contextos são levados a revestir-se ou assumem determinadas posições ou papéis, como “personagens”, que nos servem como base para analisar suas inserções nas negociações de cultura, identidade e alteridade. De forma geral caracterizaremos estes a partir do que Sennett chamou de “estranhos”, Simmel de “estrangeiro” e Paquot de “turista”.

Portanto nossa abordagem privilegiará o espaço, ou melhor, como as relações sociais se constituem nele e como as características daquele irão influenciar nestas. Assim, precisaremos com qual conceito de espaço estaremos lidando de forma que passaremos a definição daquilo que entendemos por lugar, território e não-lugar, de onde iremos extrair nosso raciocínio sobre um fenômeno central para nós, a saber, o da “multiterritorialização”.

Outra dimensão essencial ainda será a da apropriação do espaço pelo indivíduo tendo em vista as suas dimensões culturais e identitárias, como também aquelas que dizem respeito ao corpo, ambas consideradas no âmbito das negociações que se dão no processo de relações sociais no fluxo. Desta forma, o aeroporto será nosso exemplo principal na medida em que se trata de um espaço privilegiado para a análise destes fenômenos aonde as relações se inscrevem na “liminaridade”.

ESPAÇO, LUGAR, NÃO-LUGAR E TERRITÓRIOS

Espaço é a categoria mais abstrata dentre essas que iremos delinear agora, pois é usada para referir-se a tipos muito variados de dimensões e possui usos muito genéricos como nos casos: “espaço aéreo” (parte da atmosfera cuja circulação aérea é controlada por um estado-nação – no domínio marítimo “águas territoriais”), “espaço jurídico” (conjunto institucional e normativo que abstrai a noção de fronteira se pensarmos, por exemplo em União Européia), “espaço publicitário” (porção que pode ser tanto de superfície física, quanto extensão de tempo destinado a receber publicidade que evoca outra abstração “compra de espaço” que não se trata da compra de um terreno para se construir uma casa), além de representar grandezas temporais quando se diz que algo ocorrerá “no espaço de duas semanas”.

Consideramos o espaço como a matriz dimensional básica de todas as outras categorias que dialogam de uma maneira ou de outra com ela, trata-se, portanto, da possibilidade de coexistências, relações e representações que se inscreve e se compõe no campo físico, simbólico e social, ou seja, a base da produção e reprodução da vida analisado, segunda a geógrafa Ana Fani⁴, através da tríade “*habitante-identidade-lugar*”, ou seja, o indivíduo, o turista ou a prostituta (para dar apenas dois exemplos) e o aeroporto, no caso de nossa dissertação de mestrado.

Lugar, por sua vez, deve ser entendido como a própria coexistência, a consequência do processo relacional entre os elementos do real. Este processo traz consigo valores de experiências, símbolos, significados, permanência, posse, defesa, fluxo, é o lugar antropológico do sentido inscrito e simbolizado que se caracteriza por propiciar simultaneamente identidade, e história nas relações entre os membros do grupo cuja cultura o constitui.

É a idéia (em parte variável segundo as posições que os indivíduos e grupos ocupam) parcialmente materializada, que os habitantes têm de suas relações com o seu território, com as suas famílias e com o outro. Enquanto o espaço é uma possibilidade de coexistência (palavra), o lugar é a própria coexistência, a consequência da relação entre os elementos que o compõem (a palavra quando é falada⁵).

A geometria, a arquitetura, o urbanismo “criam” o espaço, mas é o uso (fazer e ver) e as simbologias que se associam a este que fazem o lugar, e fazem surgir da geometria uma obra de arte, do projeto arquitetônico elaborado para servir a determinado grupo social uma realidade vivida e freqüentada por outros “indesejados”.

Para Certeau é do lugar praticado que estamos falando, aonde “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (1994:184). O ponto essencial desta análise é considerar que há dois processos geradores da cidade, do urbano, que interagem, confundem-se, modificam e procuram sobrepor-se um ao outro. Como uma teia, a cidade – o espaço – é diariamente tecida, moldada pelo estado (pelas organizações em geral) e pelo indivíduo. Há, portanto, uma tensão entre a função do espaço e as práticas de espaço, ou seja, entre a concepção, o projeto, o planejamento e a vivência, existência, convivência dos indivíduos no espaço.

⁴ (CARLOS:1996, p.20).

⁵ Para Certeau, o ato de caminhar como prática do espaço está para o sistema urbano como a fala está para a língua (idioma), caminhar tem o mesmo significado para uma enunciação pedestre que a palavra quando é falada tem para um sistema lingüístico, ou seja, as palavras escritas têm um significado, um contexto que só se manifestará no momento que for lida ou dita, no momento em que for submetida à ação interpretativa (falar/ler).

Porém, a metrópole só pode ser vivida parcialmente devido as suas proporções e dimensões, bem como pela própria “falta de tempo” de seus habitantes que freqüentam (praticam) somente determinados lugares (“ele vive do trabalho para casa”).

Para o antropólogo Marc Augé essa fragmentação da experiência da cidade aliado ao constante deslocamento e fluxo nos remete a experiência dos “não-lugares”. Se essencialmente o lugar defini-se pelo espaço onde

"nos entendemos con medias palabras. (...) un universo de reconocimiento, donde cada uno conoce su sitio y el de los otros, un conjunto de puntos de referenciais espaciales, sociales e historicos: todos los que se reconocen en ellos tienen algo en común, comparten algo..." (2003:03).

o não-lugar se configura como seu oposto, sendo o espaço onde não se pode ler (ou dialogar) de forma nítida a identidade, a relação e a história dos indivíduos que nele se encontram, onde tais "*medias palabras*" tendem a ser substituídas, como mediadoras, pelo texto. Nos não-lugares os indivíduos mantêm com esse espaço uma relação contratual intermediada por signos, símbolos, que se configuram em “senhas” que autorizam, regularizam, proíbem ou restringem acessos, deslocamentos. É através do dinheiro, cartão de crédito, passaporte ou demais documentos de identificação que o viajante/passageiro irá "provar sua inocência", ou seja, cumprirá os rituais necessários para que ele possa ir e vir, e o diálogo somente será suscitado no caso de alguma falha no intermediador: "o seu cartão está bloqueado senhor".

Trabalhamos com a idéia de que territorialização pode ser tanto o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos, tratando-se, portanto, de nossas mediações espaciais de poder (poder em sentido amplo) em suas dimensões concretas (materiais) e simbólicas (subjetivas).

O território se define principalmente pelo sentido relacional destas mediações trata-se do espaço-processo, onde as relações sociais são relações de poder, mas também processos sociais de apropriação do espaço, física e simbólica.

O que podemos perceber é que o conceito de lugar que temos explicitado, a partir principalmente de Augé e Certeau, aproxima-se de tal definição de território e vice-versa. Para o primeiro, porém, o lugar define-se pela possibilidade de servir como referência a constituição de identidade e alteridade.

A mediação se dá pela intimidade e esta por sua vez se constitui no *continuum*. Entretanto, vivemos hoje a sociedade dos contatos efêmeros e fugidios da experiência do “corpo passivo” do qual nos fala Sennett.

Para este a experiência da viagem em velocidade dos dias hodiernos transforma o espaço num lugar de passagem, medido pela facilidade com a qual vencemos as distâncias. Assim, a visão que o motorista ao volante ou o passageiro no vagão do trem ou dentro do próprio ônibus descortina é de um “lugar escravizado às regras de locomoção e neutralizado por elas” (1997:18), de forma que exige-se o mínimo de reações pessoais ou muito pouco esforço físico. Assim, são erodidas a plenitude dos sentidos e a atividade do corpo, marcando o mundo moderno pela “carência dos sentidos”, bem como de “passividade, monotonia e cerceamento tátil”.

Se as relações entre os corpos humanos no espaço é que “determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam”, estamos diante de um quadro em que cada vez menos os habitantes de uma cidade podem servir de referência para o “outro”, principalmente se este outro for um “estrangeiro” onde pode se estabelecer, além de todas essas dificuldades, a barreira do idioma e falta de conhecimento em relação à cultura.

Num meio ambiente cujas referências tornam-se secundárias os indivíduos também o são e conseqüentemente seus corpos também, configurando-se assim a experiência da passividade. Evitar o tato é a maneira mais direta de se evitar o indesejável encontro com o “estranho”.

A despeito disso torna-se oportuna a evocação que o sociólogo Zigmunt Bauman fez deste autor para nos fazer refletir sobre a cidade como “um assentamento humano em que estranhos tem chance de se encontrar” (2001:111) e por se tratar de um pulular de encontro de estranhos a vida urbana irá exigir de seus signatários um “tipo de atividade muito especial e sofisticada, de fato um grupo de habilidades” (idem) condensadas por Senett no conceito de “civildade⁶”: com o intuito de proteger as pessoas umas das outras, portanto, de nos pouparmos uns aos outros do “peso de nós mesmos”, vivenciamos a leveza do baile de máscaras, ou seja, o sentido do espaço ser “civil” e público está no fato de que estamos a salvo da pressão, indução e necessidade de delinear nossa intimidade, para que tiremos a máscara. Entretanto, trata-se de uma prática que só faz sentido se praticada com reciprocidade na medida em que ela se estabelece no cálculo realizado a partir das probabilidades de que o outro agirá de acordo com o esperado, assim quanto menor a precisão desse cálculo maior a insegurança e conseqüentemente o desconforto que esta sensação trará consigo.

⁶ No espaço público, acima de tudo, os indivíduos estão obrigados a estar espacialmente juntos, porém, isso não quer dizer que eles tenham a obrigação de delinear ou acessar a intimidade do outro, de se expressar ou de compartilhar os pensamentos, sonhos e angustias alheias, assim é que a civilidade, para Sennet, representa o fato de que deixamos o outro a salvo de nós mesmos, protegemos o outro da sobrecarga de nosso peso.

O processo de produção de não-lugares, bem como da experiência de locomoção nos propiciam pensar na impossibilidade de se estabelecer territórios, o que muitos autores irão chamar de “desterritorialização”.

Entretanto em “O mito da desterritorialização” (2006) Rogério Haesbaert defende a idéia de que a multiterritorialização é uma característica inerente à sociedade moderna, discordando de que vivemos uma desterritorialização, pois para ele essa nova capacidade nunca antes vista de deslocamento e mobilidade concreta e virtual do homem contemporâneo invés de provocar a impossibilidade de se constituir um território, pelo contrário, possibilita a experiência multiterritorial. No momento em que esta mobilidade passa a dominar nossa relação com o espaço os indivíduos e grupos sociais passam a vivenciar estes “multiterritórios” que integram, num mesmo conjunto, a experiência cultural, social, econômica e política sem ter mais que se remeter a um território específico.

Tal quadro nos leva a refletir que uma territorialidade central, padrão, referencial e, conseqüentemente, uma identidade com este padrão, perdem importância. Esses são praticamente os mesmos dizeres que compõem o quadro da tão comentada “crise de identidade”. Há quem defenda que o termo é insustentável na medida em que pré-concebe uma fixidez e estabilidade que não se encaixariam na experiência da realidade social, somente e ainda talvez, no campo semântico.

É o mesmo sentido em que caminha a discussão sobre cultura. Para James Clifford não se pode mais desprezar uma realidade freqüente na história da humanidade, mas enfatizada agora de “*culturas viajantes*” e da “*residencia en viaje*”.

Para ele “*los viajes y los contactos son situaciones cruciales para una modernidad que aún no ha terminado de configurarse*” (1999:12), o conceito de viagem passa a trazer um questionamento-chave ao de cultura pelas complexas possibilidades e experiências de cruzamento e interação que perturbaram o aspecto localista de muitas premissas tradicionais desse conceito. No deslocamento podemos conceber invés de uma perda cultural, uma mescla de experiências culturais. As fronteiras têm adquirido um protagonismo que concebe às margens, às liminaridades uma importância ímpar na constituição de uma “*cultura translocal (no global ni universal)*” (idem:18).

Em outra coletânea de textos, o autor dá um ótimo exemplo de que a cultura não é produto somente daquilo que se encontra enraizado, é também, ao contrário, produto daquilo que está em movimento, em trânsito, indo e vindo, quando fala da vida e produção de muitos pintores surrealistas que viviam na França na década de 30 e do fato de que a maioria deles vivia em hotéis, ou seja, sem fixar residência ou, se quisermos, uma única referência.

Os “encontros em viagem” se dão no lugar que condensa ao mesmo tempo a experiência de partidas, chegadas e trânsitos e os grandes centros urbanos “poderiam ser compreendidos como locais de morar/viajar, específicos e poderosos” (2000:63).

O mesmo vale para o conceito de identidade, na verdade, concordamos com Katryn Wooward quando esta prefere utilizar o termo “posições de identidade” (2000) para descrever os processos nos quais os indivíduos são expostos as referências de múltiplas identidades. Semelhante a idéia de Haesbaert, ou seja, não se trata nem de desterritorialização nem de crise de identidade, ou ainda nem esvaziamento, nem separação, mas sim um processo de alongamento das relações sociais.

O quer dizer que as relações socioespaciais não se constituem mais predominantemente em relação ao “entorno imediato ou as condições ambientais diretas”, passando a ter muita importância outros níveis espaciais, outros pontos de referência muitas vezes alheios às circunstâncias locais. Assim, o alongamento significa que as inter-relações são submetidas a um alcance mais extenso em suas consequências e o seu grau de influências recíproca com o tempo e o espaço.

As populações em movimento exigem outra concepção de território, cultura e identidade que não aquele preso somente às condições locais de produção dos significados e representações.

AS IMPLICAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO DE FLUXO

“Con la diferencia de algunos detalles tecnologicos, aproximadamente cada sociedade tiene su metro {aeropuerto}, impone a cada individuo itinerarios em los cuales aquél experimenta singularmente el sentido de su relación con los demás.” (AUGÉ:1998, p.115)

O aeroporto é um espaço que nos oferece situações exemplares de nossa discussão, pois se encaixa muito bem nessa dinâmica de apropriação e dominação do território, propiciando munição tanto para aqueles que defendem a desterritorialização, quanto para quem pensa numa multiterritorialização.

Trata-se, portanto, de um espaço de trânsito na medida em que muitos de seus usuários estão de passagem por ele, e mesmo aqueles que permanecem ou que o frequentam diariamente (funcionários, por exemplo) estão em contato direto com o fluxo, o deslocamento, a passagem e vivenciam as suas consequências. É um grande corredor (*lounge*), uma espécie de ponte ou portal “entre-mundos”, um “limbo” no qual o passageiro terá que submeter-se a uma série de rituais de passagem, para entrar e para sair.

O aeroporto é uma experiência muito rica em “eventos” que sob a “abordagem dos rituais” poderá nos dizer muita coisa sobre os limites, os fatores constituintes e as possibilidades das relações sociais que se dão em seu âmbito, neste sentido, Van Gennep nos ensina que “viver é passar, passar é ritualizar” (1977:21), ou seja, que os momentos de nossa vida em sociedade são marcados por etapas (iniciações, períodos limiais, marginais, encerramentos etc.) estas por sua vez ritualizadas, sendo então a vida do ser social um movimento dialético de passagens e deslocamentos, de uma relação direta e incessante entre separação, margem e agregação.

Para Victor Tunner o processo ritual é marcado por três fases: separação, limiar e a de reagregação ou reincorporação. A primeira abrange o momento simbólico de afastamento do indivíduo daquilo que ele está deixando para trás (um grupo, ou um conjunto de condições/estados culturais), trata-se de uma despedida daquilo que ele não será mais, ou daquilo que ele não irá mais vivenciar, pelo menos não da mesma forma que o fez antes; a segunda é a que mais nos interessa, pois se trata da que mais se aproxima dos processos, procedimentos e até mesmo rituais que caracterizam o aeroporto (não que as outras duas não o caracterizem também), é um período de “intermédio” aonde as características do sujeito “transitante” são ambíguas, este “passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro” (1974:117); e a terceira é o consumir da passagem aonde há a volta da estabilidade mesmo dentro de uma nova lógica.

O indivíduo viajante vive freqüentemente essa situação de liminaridade, onde ele não se encontra “nem cá, nem lá”, mas numa espécie de “terceira margem⁷”. O aeroporto é marcado pela idéia de fronteira e quando estamos em uma destas as identidades que carregamos perdem muito de sua validade, pelo menos no momento do procedimento de acesso a esta. Passamos a ser classificados dentro da dicotomia de aptidão ou inaptidão. Pensamos, por exemplo, na situação dos brasileiros recentemente inadmitidos na Espanha⁸.

Trata-se de uma situação muito singular a do inadmitido, pois este sequer adentrou naquele país (tecnicamente antes de dar a entrada nos documentos na imigração o indivíduo ainda está em trânsito⁹) apesar de ter realizado a viagem, despedido-se dos seus, desligado-se

⁷ Uma referência direta ao conto “A terceira margem do rio” de Guimarães Rosa. Disponível no site da internet: http://www.releituras.com/guimarosa_margem.asp - acessado em 27/06/2007.

⁸ O mês de fevereiro e março deste ano foram especialmente marcados por recorrentes casos de deportação nos aeroportos espanhóis de brasileiros. A quem atribua ao fato de que este país estava em plena campanha eleitoral para eleição do primeiro ministro, fator que contribuiu para um endurecimento no tratamento aos estrangeiros na fronteira. Este episódio ensejou a resposta do governo brasileiro através do citado princípio de reciprocidade, de forma que muitos espanhóis passaram a ser deportados também, desde então, até que os governos do Brasil e Espanha entraram em negociações diplomáticas.

⁹ Um ótimo exemplo de tal situação é contado no filme “O Terminal” (Spielberg, 2004).

fisicamente de sua terra natal, realizado planos ou interrompido outros, realizado um investimento material, mas principalmente simbólico para ter no máximo avistado a fronteira do lugar onde objetivava chegar. Esse viajante mesmo não tendo acessado diretamente outro país travará contato com uma cultura diferente da sua mesmo que esta estadia se reduza a sala de desembarque e controle de fronteiras (dificilmente pelo clima, pois estaria impossibilitado de senti-lo se falarmos de viagem aérea tendo em vista a aparente padronização climática em escala mundial propiciada pelo ar-condicionado), pois a forma de falar, o próprio idioma, as regras, normas e exigências e a própria maneira de executar os procedimentos variam sensivelmente de um lugar para o outro.

Os aeroportos de maneira geral seguem um padrão internacional, mas o fator cultural salta aos olhos inevitavelmente, assim como as especificidades políticas, econômicas e sociais locais, como no caso do contexto em que se encontrava a Espanha naquele período. Prova disso foi o quão diferentes eram os objetivos dos brasileiros inadmitidos naquele período onde podíamos encontrar de turistas a pesquisadores, recebendo do controle de fronteiras espanhol o mesmo tratamento degradante, segundo os relatos.

É esta a tensão que temos falado ao longo deste texto dos processos de domínio e apropriação de territórios. O exemplo que estamos tratando mostra que a margem de apropriação do espaço, da constituição de um território por parte dos indivíduos foi reduzida praticamente a zero pelo governo espanhol. Nesse caso nos parece que a experiência do multiterritório deixa de ser provisoriamente possível.

Preso numa “zona de interstício”, o sujeito viajante deixa de ser pesquisador, turista, aventureiro, estudante para passar a ser rotulado de inadmitido ou estar dentro daquilo que Simmel conceituou como “estrangeiro”. Uma experiência de análise da vida moderna, da “sociedade complexa” da qual nos fala Gilberto Velho, marcada, dentre outros aspectos, pelo intenso processo de interação, pela heterogeneidade cultural em movimento no sentido da coexistência de uma pluralidade de tradições e troca cultural.

O autor de “O estrangeiro” estava analisando a cidade moderna da revolução industrial e ressaltava o quanto complexo eram as situações de interação social em seu seio. Assim, o estrangeiro que se instalou em caráter permanente numa determinada comunidade de que não é originário passa a ocupar uma posição interessante: é o distante que está próximo (fisicamente), mas ao mesmo tempo se mantém distante (sua identidade histórica e cultural).

Em meio às migrações dos mais diferentes tipos (“diaspóricas”, turísticas, fugas etc.) os estrangeiros entram em contato com outras culturas, valores e regras de convivência e o papel (imigrante ilegal, refugiado de guerra, turista, viajante solitário) que ele está a

representar nessa situação será fator determinante na sua relação com a sociedade na qual está se inserindo. No caso dos brasileiros na Espanha, todos foram sumariamente classificados de imigrantes ilegais¹⁰ que não estavam em condições de corresponder a exigências mínimas de acesso àquele país.

A experiência de viagem que tem o aeroporto como ponto de chegada e saída é, portanto, muito rica no tocante a análise desses processos de desterritorialização e multiterritorialização, produção de lugares e não-lugares.

Tomando agora o processo de sociabilidade como fator moderador nessa discussão, daremos um último exemplo para este artigo. Trata-se da oposição entre turista e viajante. Jean Baechler, diz que a sociabilidade é a capacidade humana de estabelecer laços sociais que se fixam espontaneamente entre os indivíduos ou o estabelecimento de “redes”, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, “fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões” (1995:65/66) etc.

Dependendo da sociedade onde estiver inserido o indivíduo, a sociabilidade pode vir a representar a posse de um capital cultural, cujo acúmulo terá uma correlação positiva com os rendimentos de uma gestão bem-sucedida.

Assim, quanto mais fortes e intensos forem os laços estabelecidos menos eles serão em quantidade, pois esta rede tenderá a fechar-se sobre si mesma, e ao contrário, quanto menos intensos forem os laços maiores, em quantidade, serão estes dando a esta rede uma maior extensão, flexibilidade e adaptabilidade.

Este aspecto é muito interessante para analisarmos o que alguns sites da internet chamam de “cultura *Backpacker*”, que tem como tradução literal “cultura mochileira”, ou seja, é a cultura dos viajantes que não seguem roteiros turísticos, que procuram conhecer de perto e vivenciar a diferença no contato com o “outro” de maneira a mais intensa possível. São aqueles que desbravam, descobrem, experimentam que se dão ao luxo de “viver intensamente a vida”. Para estes há uma enorme diferença entre o viajante e o turista. Vejamos um quadro de oposições entre estes, classificado pelos autores do site como “pré-conceituadas diferenças entre turistas e viajantes”:

¹⁰ Uma das principais justificativas dadas pelos especialistas brasileiros a tal atitude do governo espanhol era de que o Brasil é um dos maiores “fornecedores” de prostitutas da Europa, tendo a Espanha como principal destino. De forma que se mostram muito atuais os dizeres de Simmel sobre o problema da presença do estrangeiro na sociedade: “Assim como o indigente e as variadas espécies de ‘inimigos internos’, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que se, de um lado, são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam.” (1998:183).

“Viajantes são livres. **Turistas** são livres - no dia livre, das atividades livres. **Turistas** têm um destino: siga o roteiro. **Viajantes** têm um objetivo: siga viagem. **Viajantes** fazem da Europa uma viagem maravilhosa. **Turistas** fazem a viagem "Europa Maravilhosa". **Turistas** não necessariamente viajam com muito dinheiro, mas pelo menos viajam com dinheiro. **Viajantes** não necessariamente viajam com dinheiro; às vezes viajam, criativamente, sem dinheiro. **Viajantes** absorvem o povo. **Turistas** absorvem o shopping. **Turistas** vão de uma cidade a outra. **Viajantes** percorrem de uma cidade a outra. **Viajantes** num país estrangeiro perguntam algo como: "Where is the church?". **Turistas** num país estrangeiro gritam algo como: " I-G-R-E-J-A, O-N-D-E É A-A I - G - R - E - J - A?". **Viajantes** querem encontrar outros viajantes. **Turistas** querem encontrar um carregador de malas¹¹.”

Neste sentido a sociabilidade é essencial para o viajante e aparentemente não tanto para o turista, pois, segundo Thierry Paquot, o turismo é a viagem programada a um espaço de outrem sem sua presença, ou seja, ver o outro à distância, bem como sentir, ouvir, conhecer sua cultura como se conhece um quadro em um climatizado museu, junto a outros seus iguais (turistas) e sem tocar, cheirar, enfim sem ter que travar contato com seu peso (história-memória-identidade) sem ter que se adaptar ou se aclimatar a este seu contexto, o objetivo se efetivando no “ver a coisa a ser vista” ou anunciada, confrontar com as informações previamente recebidas e o mais importante, eternizar o presente através do registro fotográfico e/ou fílmico.

Para ele,

“o turista não é tampouco o exilado, o migrante, o desocupado, o fugitivo ou ainda o que está em férias, ou seja, o que se torna disponível para nada. O turista não está disponível: ele deve obrigatoriamente ‘turistificar’. Esta é a finalidade do turismo¹².”

“Turistificar” significa “consumir paisagem, arquitetura, cultura sem território”, circular, mas sem perder de vista a “rentabilidade” de seus passeios, é viver a viagem organizada que, corresponde ao não-lugar, trata-se de ir ao espaço de outrem sem sua presença.

A padronização, a homogeneização resgata o familiar no distante, neutraliza a estranheza desfazendo a necessidade de adaptação e absorção do diferente. Assim, o turista só está à vontade em meio a outros turistas, além disso, ele deseja encontrar o mesmo quarto, a mesma comida, “como se estivesse em casa”.

¹¹ Disponível em: <http://www.oviajante.com/>. Acesso em: 04 nov 2007.

¹² Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-07-29/mat_47721.htm. Acesso em: 25 set 2007.

Rotulações e exageros à parte esta diferenciação entre viajantes e turistas tendo como pano de fundo a sociabilidade é muito interessante. Importante para o viajante e menos para o turista se socializar, integrar-se à nova paisagem é algo essencial para a sobrevivência do imigrante em geral.

James Clifford diferencia a viagem sob o prisma de uma concepção positiva e negativa: a viagem positivamente concebida é aquela que evoca ou propicia ao viajante a exploração, pesquisa, fuga, encontro transformador, sendo a “boa viagem”, portanto, heróica, científica, educacional, aventureira, enobrecedora. A viagem negativamente concebida por sua vez é atrelada a “transitoriedade, superficialidade, turismo, exílio e desenraizamento”.

Ao que nos parece e de acordo com o que vimos demonstrando é que as dicotomias se dissolvem ou perdem aderência em tempos de fluxo e deslocamento e não necessariamente as culturas, e as identidades. Se por um lado essa situação desfaz territórios retóricos, ou “lugares antropológicos”, é o mesmo processo que cria e recria outros de forma que é a da “des-re-territorialização” que estamos a tratar seguindo as indicações de Haesbaert. Se é o movimento que funda essa nova situação é a partir de sua lógica que temos que pensar as situações de apropriação e re-apropriação de territórios, a constituição de lugares, e a produção de não-lugares.

Como nos afirma Clifford “não estou recomendando que façamos da margem um novo centro (...), mas que dinâmicas específicas de morar e viajar sejam analisadas comparativamente” (2000:58). Neste sentido a proposta etnográfica que nos dará condições de pensar tudo isso não está se propondo a substituir a figura cultural do “nativo” pela figura intercultural do “viajante”, ao contrário, a tarefa é a de concentrar-se nas mediações concretas entre as duas.

Não se trata de negar a presença da cultura, mas ao contrário conceber que esta é um processo dinâmico e não estático e, assim como a identidade, constrói-se num *continuum*, numa dinâmica de posições que se entrelaçam. O território é uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço, ou seja, não é uma “coisa” que se pode simplesmente possuir ou não. Mais importante, portanto, do que a forma concreta dessas categorias que aqui discutimos (cultura, identidade, território, lugar) são as relações com as quais significamos e nos apropriamos de cada uma delas e é nesse sentido que ganha importância os deslocamentos e fluxos.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. **El viajero subterráneo**: un etnólogo en el metro. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

_____. **Não-Lugares**: introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Sobremodernidad**. Del Mundo de Hoy al Mundo de Mañana. Revista Memória. [online]. 01 de Abril de 2003. <http://www.memoria.com.mx/129/auge.htm>.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço** - col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Lisboa: Edições Asa, 1995. p.65-106.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLIFFORD, James. Culturas viajantes *In* ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, pp.50-79.

_____. **Itinerários Transculturales**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialização. 2º Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialização.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

ROGÉRIO, Radamés de M. **O Sistema integrado de transporte como produção de não-lugares. Terminal do Papicu: um estudo de caso em Fortaleza-Ce.** 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

ROSA, Guimarães. **A Terceira Margem do Rio.** [online].
http://www.releituras.com/guimarosa_margem.asp.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra.** O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades *In* **Cidades: a urbanização da humanidade.** 2º Ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp.36-51.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: Renato Ortiz (org.). **Georg Simmel: Sociologia.** São Paulo: Editora Ática, 1983.

TUNNER, Victor. **O Processo Ritual: Estrutura e Anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem.** Petrópolis: Vozes, 1978.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 6º ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.07-72.